



PRECARIZAÇÃO E ADOECIMENTO NO MUNDO DO TRABALHO: a ideologia da vergonha como mecanismo de culpabilização do trabalhador

Marinara Melo da Silva¹

RESUMO: O objetivo deste artigo é desenvolver uma análise sobre a relação entre o adoecimento e a precarização do trabalho no mundo atual. Portanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com orientação da teoria social crítica. Apurou-se que o adoecimento, principalmente o físico, vinculado ao trabalho é histórico, e com a intensa e contínua (des) organização no mundo do trabalho, aumentaram-se adoecimentos mentais dos trabalhadores que sofrem, por exemplo, com a chamada ideologia da vergonha, impossibilitando-os de reagir coletivamente, pois são culpabilizados pelo seu adoecimento, tendo em vista que o capital precisa desta Ideologia como mecanismo de manutenção do consenso na sociedade

Palavras-chave: Precarização do Trabalho. Adoecimento. Ideologia da Vergonha.

ABSTRACT: This work aims is to develop an analysis between the sickness and the precarious work. Therefore, was made a bibliographical research, guided by critical social theory. It was possible to ascertain that the sickness, mainly the physical is historical in the working world and with the intensification of precariously occurring in the work organization we have an increase workers with a mental sickness that suffers the Ideology of Shame, unable to react collectively against this because they are blamed for their illness, for the reason that the capital needs that ideology as a tool of the consensus conservation in society.

Keywords: Precarious Work. Sickness. Ideology of Shame

1. INTRODUÇÃO

Para Oliveira (2018), historicamente, compreendemos a conquista da política social como vitória da luta dos trabalhadores, entretanto, essas concessões do Estado são formas

¹ Graduanda de Serviço Social pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: marin4ara234@gmail.com



de manutenção da ordem burguesa e da acumulação do capital pelo consenso da população, a política social responde também a necessidade do capital de possuir um exercito de trabalhadores reserva, mantendo a “disciplina” do trabalhador empregado formalmente. A concessão de direitos aos trabalhadores tem como o objetivo minimizar os possíveis questionamentos em relação aos processos de trabalho, ou melhor, as (des) regularizações na organização do trabalho vividas hoje.

O capitalismo e suas modificações na organização do trabalho atuais têm como resultado um desenvolvimento de adoecimentos mentais nos trabalhadores, e para que estes adoecimentos não sejam vinculados à organização do trabalho, o capital se utiliza de um conceito chamado de “ideologia da vergonha”.

A ideologia da vergonha, conceito utilizado por Dejours (1992), é utilizado pelo capital como um mecanismo de manutenção do consenso em relação ao processo de (des) regulamentações nocivas ao trabalhador dentro do neoliberalismo. É mais útil para o capital utilizar mecanismos que consolidam uma ideia coletiva de transferência de culpa do desemprego, do adoecimento laboral - físico ou mental -, e das relações de trabalho que geram stress para o trabalhador como o assédio moral, a tensão no ambiente de trabalho, o sentimento de vigilância e o medo constante dentro do trabalho, a aflição pelo impedimento de progressão por qualificação e a angústia pelo baixo salário, que transferem a culpa dos adoecimentos psíquicos causados pelas transformações do mundo neoliberal para o indivíduo.

Para Dejours (1992), a desqualificação em níveis de salários e empregos, gera um adoecimento mental como ansiedade, depressão, estresse, pois, quanto mais complexos, maior é a especialização exigida para a posse de vagas de emprego, mais estimado socialmente o trabalhador é, entretanto, quanto mais qualificação o trabalhador o cargo está abaixo desta qualificação ou é bloqueado de alguma aspiração por qualificação, e com isso tem-se o início do sofrimento psíquico.

Tendo isso em vista, este trabalho apresenta como delineamento metodológico a revisão bibliográfica, orientada pela teoria social crítica, partindo da natureza exploratória, tendo como objetivo compreender qual é a relação entre o adoecimento do trabalhador e a precarização que ocorre no mundo do trabalho, decorrente da perda de direitos trabalhistas e instabilidades que acontecem dentro da organização de um projeto neoliberal, que tem a chamada ideologia da vergonha como mecanismo de culpabilização do trabalhador. Para esta análise, foram selecionados 16 textos para a leitura integral, sendo utilizados 9 documentos para a construção deste artigo, contando com 2 livros e 7 publicações



coletadas em anais de eventos, revistas científicas eletrônicas, e os bancos de dados online Google Acadêmico e Scientific Electronic Library (SciELO).

2. AS MUDANÇAS E A PRECARIZAÇÃO NO MUNDO DO TRABALHO

O fenômeno de reformas no campo dos direitos sociais e trabalhistas, comuns do século XXI, utiliza a concepção de necessidade de responder às pressões da burguesia em busca da manutenção do poder da classe burguesa e de um menor custo de trabalho para o capital, gerando assim uma dinamização, maior lucratividade e rentabilidade do mercado (AMARAL, 2018). Diante disso, a classe que vive do trabalho precisa se adaptar às novas condições para a manutenção da sua reprodução social, entretanto, vivenciando a intensificação da precariedade histórica e estrutural do trabalho (OLIVEIRA, 2018; SILVA, 2017; SANTOS; SOUZA, 2018), possuindo altos e baixos ao decorrer das décadas, apresentando um pequeno avanço em prol dos direitos trabalhistas, tendo em vista a exploração extrema (como na época da industrialização do século XIX). Entretanto, a forma como ocorre essa (des) organização do trabalho se diferencia com o tempo, no presente vemos uma alta competição por postos de trabalho e a migração destes postos para locais onde a produção é barateada, o baixo salário, a terceirização, a flexibilização, uma jornada de trabalho intensa e a instabilidade no emprego, que exigem não apenas um intenso esforço físico, como também a intensificação do esforço mental.

Essa extração do trabalho é auxiliada por mecanismos de consenso e coerção para o desmonte da legislação social do trabalho – com o apoio e a legitimação do Estado –, destruindo os direitos conquistados pela luta dos trabalhadores, pois o capital sempre está se atualizando e se transformando para a sua manutenção no poder. Nesse sentido, Dejours (1992) nos apresenta que toda a luta dos trabalhadores por seus direitos de proteção e amparo trabalhista eram na verdade uma luta pelo direito à vida e a liberdade de organização dentro do trabalho.

Para Antunes (2011), com o decorrer das crises que o capital sofre mais é intensificada a precarização do trabalho, expressas na flexibilização, na terceirização e na redução de vagas/postos de emprego, assim, o indivíduo que se encontra em idade produtiva, inserido ou não no mercado de trabalho, vive em constante tensão e medo, resultante da instabilidade vivida no mundo do trabalho, no caso de trabalhadores, a



instabilidade dentro do seu ambiente de trabalho, ocasiona em submissão às condições precárias de emprego, há uma naturalização da insegurança no local de trabalho, levando em consideração a necessidade da sua sobrevivência e a de seu círculo familiar.

Todos esses desmontes que afetam o trabalhador são em prol de uma ideologia de “superação” de uma “crise”, nos termos de Amaral (2018). O mercado, dentro deste “novo capitalismo” - de intensa flexibilização, desaparecimento de carreiras estáveis e vínculos duradouros -, torna-se o regulador das relações sociais, entre elas, a relação capital-trabalho. O trabalho costuma estar associado à insatisfação e ao sofrimento dentro da sociedade, sendo assim, ele é visto como doloroso, como angustioso e sofrido, estes indicadores do trabalho são concebidos como imutáveis, cabendo ao homem, e somente a ele, adaptar-se a esta condição imposta, a concepção de trabalho como fruto de prazer é negada (MERLO; LÁPIS, 2007; PARARELLI; SATO; OLIVEIRA, 2011). O trabalho se torna um fardo graças à monotonia do mesmo, ou seja, o trabalhador é forçado a executar sempre as mesmas tarefas repetitivamente e é constantemente fiscalizado durante a sua jornada de produção laboral, respondendo ainda a burocracia da rotina da organização do trabalho. (MÉRLO; LÁPIS, 2007).

Com esses diversos riscos dentro do mundo do trabalho e sua organização, os trabalhadores começam a desenvolver doenças psíquicas devido as constantes tensões vividas nele, pois a sociedade atual cobra excelência, entretanto, priva essa mesma sociedade de se capacitar, haja vista que os baixos salários, a intensa jornada de trabalho que não abre espaço para a capacitação, aliado a cursos caros, impedem o trabalhador de se “desenvolver adequadamente” para o mercado, logo, é fecundado o pensamento de meritocracia e culpabilização da condição de vida, como resposta a esta demanda de não inserção ou manutenção em seu posto de emprego (DEJOURS, 1992, SILVA, 2017), sendo que essa configuração do novo mundo do trabalho tem rebatimentos diretos na sociabilidade e saúde do trabalhador, principalmente em relação à saúde mental.

“[...] o adoecimento mental do trabalhador pode se manifestar de diversas formas que não são consideradas enquanto quadro psicopatológico, mas que ainda assim merecem ser fruto de estudo e atenção especial por parte de pesquisadores e trabalhadores do campo da saúde mental do trabalho. Seligmann-Silva (2011) revela a intrínseca relação entre trabalho e adoecimento mental, principalmente relacionado às transformações contemporâneas no mundo do trabalho e as marcas da precarização total que atingem não apenas os processos de trabalho, mas avançam para os campos da vida familiar, dos vínculos interpessoais, do lazer e da participação social, ou seja, atinge toda a sociabilidade humana.” (CAMPOS, 2017, p. 808).

De acordo com Antunes (2011), dentro dos processos de manipulação por meio do consenso, o capital mantém a heterogeneização e fragmentação da classe trabalhadora,



que impossibilita uma organização para um enfrentamento coletivo contra as precarizações ocorridas no mundo do trabalho, essas (des) regulamentações, também, acabam gerando trabalhadores adoecidos ou em fase de adoecimento por causa do ambiente em que vendem suas habilidades físicas e/ou mentais como necessidade de sobrevivência, sendo culpabilizados pelo seu estado de adoecimento por meio do mecanismo de consenso chamado ideologia da vergonha.

3. A IDEOLOGIA DA VERGONHA: A CULPABILIZAÇÃO DO TRABALHADOR E SEU PROCESSO DE ADOECIMENTO

Dejours (1992) é o autor que nos apresenta este termo “ideologia da vergonha” e a sua relação com o ambiente de trabalho, essa ideologia se caracteriza pela culpabilização do indivíduo por seu adoecimento, por ser um destoante do sistema, concordamos com a ideologia de que o adoecimento é “voluntário”, advindo da ociosidade, a preguiça e da vontade de paralisação do trabalho para “vagabundagem”, estes estigmas acabam sendo internalizados também pela pessoa adoecida. Isto posto, nota-se que há um processo de culpabilização moral do trabalhador pela sua não adequação a organização e normas da empresa e da organização do trabalho, que se encontra no mundo neoliberal, destacando um processo de precarização e instabilidade, ocasionando posteriormente o adoecimento deste indivíduo (Dejours, 1992; SILVA; RAICHELES, 2015 *apud* SILVA, 2017). Esta ideologia se encaixa de forma exemplar para que a população tenha dificuldades para analisar a precarização que acontece no mundo do trabalho, onde o trabalhador tem sua mente e corpo tensionados em empregos insalubres, que estabelecem relações sociais no trabalho repleto de assédios morais mascarados, que se desdobram em doenças físicas e/ou mentais nos indivíduos.

Para Dejours (1992) antes, as doenças e acidentes de trabalho ocorriam devido às condições laborais precárias, que não garantiam uma segurança dentro das indústrias, entretanto, após a década de 1960, os adoecimentos, eram desencadeados por conta da organização do trabalho, logo, podemos compreender que as relações de trabalho e a “intensificação do trabalho e a terceirização levam a um quadro de insegurança no trabalho, atingindo a vida do trabalhador em geral”. (SANTOS; SOUZA, 2017, p. 10)

Observa-se que desde a industrialização até os dias de hoje, a precarização sempre esteve presente em algum momento do mundo do trabalho, algumas vezes sendo

CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto
2019

Cidade Universitária da UFMA
São Luis, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

minimizado com o avanço dos direitos trabalhistas e aumentado devido a incidência de legislações fragilizadas, como no estagio neoliberal que o mundo se encontra hoje, logo, é clara a utilidade da manutenção da ideologia da vergonha para o capital, quando temos um aumento de submissões a trabalhos precários e mal remunerados, ela serve para que não sejam feitos questionamentos de que a precarização e organização do trabalho são desencadeadoras de doenças ou não, e como a sua lógica afeta as relações sociais, transcendendo a esfera do trabalho e indo para o cotidiano de tempo livre dos indivíduos, portanto, esta ideologia auxilia na manutenção da lógica de que indivíduos possuem as mesmas reações a determinados estímulos (PARARELLI; SATO; OLIVEIRA, 2011); inclusive a estímulos que ocorrem dentro do trabalho, podendo inclusive, por medo de perda do vínculo empregatício e de julgamentos de terceiros e dele próprio não aceitar a sua condição de adoecido, o trabalhador, por vezes, não realiza o seu tratamento, o que impediria o agravamento, tendo o controle ou até a possibilidade de cura do adoecimento. DEJOURS (1992) destaca que ocorre também a não realização do tratamento quando gera o impedimento a atividade laboral, principalmente, quando este trabalhador se encontra em um vínculo empregatício instável como a terceirização ou em trabalhos autônomos, onde a impossibilidade de trabalhar pode resultar em demissões e/ou descontos salariais. Desta forma, entende-se que as palavras trabalho e precarização estão relacionadas a um processo desencadeador para uma doença ocupacional, principalmente quanto diz respeito à saúde mental, a culpa recai, por sua vez, ao trabalhador que não reconhece a própria realidade vivida devido a vários fatores, como o processo de alienação produzido pela relação capital/trabalho, de forma que não conseguem responder a adaptações e “estímulos” externos da (des) organização do trabalho.

O capital sempre buscou explorar ao máximo a mão-de-obra do trabalhador, a partir da literatura foi verificado que o desencadeamento de situações estressantes e até mesmo do alcoolismo dentro do ambiente de trabalho “favorece” a aceleração da produção, porque o trabalhador na tentativa de findar com o sofrimento causado pelo trabalho acelera a sua produção, o que ocasiona também um aumento de produção, no caso do alcoolismo, o trabalhador acaba destravando as barreiras de medo, em relação a trabalhos perigosos, porém, a partir do momento em que esses adoecimentos começam a afetar a produção, causar danos que podem ser prejudiciais coletivamente à equipe ou a empresa, é utilizada a ideologia da culpa, em uma tentativa de projetar ao trabalhador o ônus dessas relações.

Pararelli, Sato e Oliveiral (2011) salientam que o tema do alcoolismo e situações de risco durante a execução de atividades laborais, pouco é vinculado a Saúde Mental relacionado ao trabalho, assim como o estresse e o cansaço, de modo que a depressão e



CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto
2019

Cidade Universitária da UFMA
São Luis, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

ansiedade são as únicas doenças que são vinculadas ao adoecimento mental, conseqüentemente, o trabalhador por vezes não consegue associar o seu estresse, cansaço como frutos de precarização de sua atividade laborativa, nem que a utilização de álcool constante é uma forma de se “desligar” ou criar uma barreira para o sofrimento encontrado no trabalho, e quando esses fatores são expostos ou alcançam um avanço que se expressa afetando o convívio social, são analisados apenas fatores internos deste indivíduo, as relações sobre a vida externa do mesmo não fazem a captura da organização do trabalho em que ele estava inserido (PARARELLI; SATO; OLIVEIRA, 2011). Essas circunstâncias de pressão psicológica e tensão vivenciada pelo trabalhador, ao mesmo tempo em que são incentivadas, ou melhor, são bem vistas quando aceleram a produção, a partir do momento em que essas patologias se apresentam visualmente, são repreendidas, há uma cultura de manutenção de saúde que permeia esses espaços de trabalho, ou seja, o trabalhador, devido ao vínculo de trabalho que é frágil e a pouca proteção a ele dentro da legislação, por conta dos desmontes, não pode adoecer ou faltar muitas vezes o trabalho por motivo de doença, principalmente em trabalho terceirizados, onde o salário é descontado por dia de trabalho perdido.

Prevalece a lógica de que todos os indivíduos reagem da mesma forma as suas atividades laborais, sendo assim, o adoecimento para ser considerado fruto da (des) organização do trabalho deve ser coletivo, quando apenas um ou dois indivíduos adoecem, a situação de enfermidade é vinculada a fragilidade física ou mental desses trabalhadores. As expressões corporais e mentais do adoecimento não são permitidas no ambiente de trabalho, porque, demonstrar esse “desvio” é vergonhoso, entretanto, são aceitos a licença para tratamento de saúde e o atestado médico que permite um afastamento em curto prazo, ou seja, a doença só é permitida quando está fora do ambiente de trabalho, principalmente quando se tratam de doenças mentais, como o alcoolismo, depressão, ansiedade e estresse ocupacional (DEJOURS, 1992; PARARELLI; SATO; OLIVEIRA, 2011).

O mundo do trabalho não admite que a máscara de perfeição de sua organização seja prejudica por apresentações de adoecimento neste ambiente, para que a ideologia da vergonha permaneça estável e realizando seu propósito, a classe que vive do trabalho deverá permanecer fragmentada, heterogeneizada e alienada, enquanto a classe trabalhadora estiver nesse núcleo, ela continuará se culpando, pela doença, pela não manutenção ou pela não aquisição do emprego, ela competirá entre si e não conseguirá compreender que para que sua qualidade de vida melhore, não é a classe que vive do trabalho e sim a organização do trabalho que deverá ser alterada para que não caminhemos para a barbárie. (ANTUNES, 2011; DEJOURS, 1992)



CIVILIZAÇÃO
OU BARBÁRIE:
o futuro da
humanidade



IX Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

20 a 23 agosto 2019
Cidade Universitária da UFMA
São Luis, Maranhão, Brasil

Submissão de trabalhos: de 07 de janeiro a 19 de março de 2019
Informações: www.joinpp.ufma.br

“Os laços de solidariedade entre os trabalhadores, vivenciado em outras épocas do mundo do trabalho, consistia em uma das saídas para os trabalhadores em momentos de crises. Contudo, a ideologia da individualização dos problemas, entre eles o sofrimento, a competitividade, o medo e a ameaça do desemprego, provocaram uma desmobilização de classe, que veio a romper com a solidariedade entre os pares.” (SILVA, 2017, p.9).

Para Santos e Souza (2017), o trabalho não qualificado e mais barato se encontra dentro do trabalho domiciliar - durante a industrialização -, que é aglutinado por fábricas para somar com os trabalhadores fixos desses ambientes, é também extraído mais trabalho devido a não necessidade a locomoção dos trabalhadores, como este trabalho domiciliar não possuía vínculos diretos com a indústria, não havia certa obrigatoriedade e preocupação com questões de segurança sanitária, portanto, nestes ambientes, encontram-se diversas trabalhadoras com problemas respiratórios advindas da insalubridade, péssima ventilação, o pagamento por peça, fazendo o trabalhador aumentar sua jornada de trabalho para aumentar seu lucro. Diante disso, Amaral (2018) destaca que hoje o empreendedorismo é estimulado, o trabalho autônomo é valorizado, dentro de uma “cultura do trabalho” como mecanismos de fugir do desemprego e do baixo salário, e somente por meio da iniciativa privada autônoma o sucesso, a felicidade e a liberdade serão alcançados, todavia, para que essa lucratividade seja alcançada, e com a manutenção de uma qualidade de vida, o trabalhador necessita despende, por vezes - aqui não estão inclusos os grandes empresários - da maior parte dos seus dias como tempo para o trabalho, com pouca ou nenhuma folga, ou seja, é o Estado retirando a sua responsabilidade com a qualidade de vida no trabalho desses indivíduos autônomos e de responder à demanda do desemprego e as políticas sociais voltadas à população (SANTOS; SOUZA, 2017; SILVA, 2017). O mundo do trabalho se aproxima cada vez mais da barbárie para a classe trabalhadora, em razão da valorização da autonomia ser uma releitura de condições exploratórias, aprovadas pelo Estado e estimuladas constantemente nas mídias e nos meios de comunicação como um meio de emancipação financeira.

Na concepção de Seligmann-Silva (2003, *apud* SILVA, 2017), são dois fatores mais desencadeadores do adoecimento mental, o primeiro a desvalorização do trabalho vivo, realocação para outros cargos ou demissões, o segundo fator seriam as questões da organização do trabalho, e relações não balanceadas na hierarquia, como ocorrências de assédio moral, humilhação, exclusão, ameaças veladas, como já explicitadas por Dejours (1992), caracterizadas como a (des) organização precária do trabalho. Para Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), os trabalhadores encontram-se dentro de um estado de “neurose da excelência”, onde na estrutura organizacional do trabalho há um estado de alerta, medo

organização



apoio





e vigilância constante, trazendo ao trabalhador uma convicção de ameaça dentro do emprego e impossibilidade de confiança entres os colegas de trabalho, surgindo “ideias de autorreferência, insônia e distúrbios psicológicos” (FRANCO; DRUK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p 240), portanto, dentro destas (des) organizações criadas no mundo do trabalho, o homem sofre:

[...] Tanto o despertencimento social, quanto o desenraizamento em relação à natureza revelam o atributo inerente do capitalismo de ser um padrão civilizatório incapaz de incorporar os limites humanos e da natureza. É um tipo de sociedade que alimenta forças destrutivas da vida e não o contrário, na medida em que sua perspectiva é a dominação, o controle e a apropriação. Tocamos aqui nas raízes e nos fundamentos de uma sociedade patogênica cujos *tempos sociais* são incompatíveis com os *tempos da natureza* [...] (FRANCO; DRUK; SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 244).

A questão do desemprego é uma expressão da questão social antiga, mas agora este desemprego, ou melhor, a tensão do emprego também gera uma nova expressão da questão social, conforme analisa Silva (2017) e Dejours (1992), o adoecimento mental relacionado a questões das novas formas de organização do mundo do trabalho, a precarização e instabilidade, a forma de relações de trabalho que são frustrantes e adoecedoras. Entretanto, o trabalhador não pode se permitir adoecer ou apresentar traços de sua doença socialmente, a doença deve ser mantida em segredo, pois ela é motivo de vergonha, de culpa, de incapacidade e preguiça, da dificuldade de não adaptação a atual (des) organização do trabalho e de “diferença” entre os outros trabalhadores, não obstante, dentro da literatura pesquisada, pode-se perceber que número de trabalhadores que estão entrando em sofrimento psíquico pela organização de seu trabalho aumenta principalmente em ocupações relacionadas aos docentes da educação superior e da área da saúde, onde são trabalhos que exigem um alto grau de comprometimento, realizando uma intensa jornada de trabalho, e no caso dos docentes, estendendo-se até durante o seu momento de pausa do trabalho, exigências de capacitação e alcance de metas de produções de ciência em períodos cada vez menores, e demandas que exigem e ordenam respostas imediatas.

A (des) regularização do trabalho, portanto, é uma forma de retirar a responsabilidade da relação de segurança que o empregador deve ter com seu empregado, dentro das terceirizações e flexibilizações, fruto de ideologias neoliberais de incentivo ao crescimento econômico e de empregos acontecerá devido a menores fiscalizações do Estado dentro da organização e condições de trabalho, aumentando a extração do sobretrabalho, protegidos pelo Estado e pelo consenso estabelecido socialmente, como a Ideologia da Vergonha em adoecimentos ocupacionais, dando maior



autonomia a empresários, porém, percebe-se que os mesmos banalizam em relação as condições e a organização de trabalho que estes oferecem aos seus contratados, prevalecendo a visão de lucro máximo do empresário.

“Os números comprovam que o empresariado brasileiro é negligente quanto às medidas preventivas para os trabalhadores terceirizados: “Em 2001, foram registrados 340,3 mil acidentes no país, e em 2009 eles atingiram o número de 723,5, ou seja, um aumento de 126% em nove anos” (idem, p. 49). Além do adoecimento físico que os acidentes de trabalho ocasionam, há aqueles que envolvem a saúde mental do trabalhador.” (SANTOS; SOUZA, 2017, p. 10).

Nota-se que as (des) organizações do trabalho utilizam ideias de melhorias (aumento de empregos e salários), contudo, quanto menos protegido é o trabalhador, mais precário se torna o ambiente de onde ele extrai a sua renda, conseqüentemente, esse super esforço exigido, expressando a selvageria do capitalismo, vai além das capacidades físicas e mentais quando analisadas as condições que são oferecidas as esses trabalhadores, ou seja, é estabelecida a naturalização de que os indivíduos e seus empregos são homogêneos, portanto, todos devem reagir ao trabalho da mesma forma, essa naturalização é estabelecida para que o capital continue em suas ondas de precarização a favor do empresariado. É inconcebível na mente de muitos a modificação do trabalho e não a das pessoas quando se pensa em adoecimento ocupacional, logo, todas as características pessoais dos indivíduos são as respostas das causas de desemprego e acidentes de trabalho (PARARELLI; SATO; OLIVEIRA, 2011).

Todas estas mudanças no mundo do trabalho vêm produzindo indicadores de acidentes e doenças ocupacionais cada vez mais altos. Se por um lado, percebe-se [...] um preocupante crescimento nos transtornos psíquicos. A forte pressão somada à intensificação do controle ou do medo à demissão conduzem a um processo de sofrimento/adoecimento diferenciado daqueles vistos em outros tempos. (SILVA, 2017, p. 5).

Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010) caracterizam que o desgaste da esperança ocorre quando surge o sentimento de que o seu caráter ético foi abalado dentro da sua atividade e a idealização de uma atividade ou de si, não sendo correspondido com a realidade, favorecendo o desmoronamento do sentido do trabalho, que está relacionado com as limitações da nova organização do mundo do trabalho, ou seja, têm-se estes fatores cada vez mais presentes no mundo do trabalho atual, quando não são possíveis alcançar metas estabelecidas por conta da necessidade do trabalhador de responder as demandas de seu emprego, não restando a ele tempo ou dinheiro para o lazer e a qualificação, barateando a sua mão de obra e diminuindo a sua chance de competitividade no mercado ultra concorrido. Há ainda uma preocupação mais elevada com o desgaste da esperança,



devido a constância de comportamentos suicidas, depressão e transtornos psíquicos agressividade. (FRANCO; DRUCK; SELIGMANN-SILVA 2010)

Reflexo do mundo do trabalho, a flexibilização, a terceirização e a precarização, oriundas dessas transformações, na visão de Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010), são responsáveis pelo despertencimento social do trabalhador, que é expressado pelo sentimento de desesperança, a falta de qualidade dentro do trabalho e conseqüentemente fora dele. A classe que vive do trabalho encontra-se no cenário de estranhamento e alienação, não se assimilando como seres sociais, desconectando o homem de sua própria espécie, de forma que a flexibilização do trabalho produz a incompatibilidade entre o ritmo do capital e o ritmo biológico, ultrapassando os limites de referência biopsicossociais na visão de Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010).

A reestruturação produtiva trazida pelo novo mundo do trabalho interfere no processo de sofrimento dos trabalhadores, buscando o enfraquecimento, fragmentação e divisão da classe trabalhadora (SILVA, 2017), aliado a trabalhadores inseridos em um processo de ideologia da vergonha, essa classe que vive do trabalho não consegue se organizar (CAMPOS, 2017), ou melhor, não consegue visualizar a necessidade de organização e questionamento dessa (des) organização do mundo do trabalho, essa classe está cada vez mais inserida nos processos de alienação, buscando uma resposta a essa expressão da questão social como um problema individual.

4. CONCLUSÃO

A sociedade capitalista, que exige uma produção constante, a paralisação laborativa do trabalhador não produz lucro para o capitalista, por isso, vivemos sobre a ideologia da vergonha, sem compreender de fato qual é o seu real significado no mundo do trabalho, mascarando a destruição do corpo e da mente adoecida, aliado a situação atual no mundo neoliberal, de refração de direitos trabalhistas, aumento da precarização do trabalho, com o trabalho estável sendo substituído por contratações temporárias e terceirizações, que não garantem estabilidade ao trabalhador que necessita de um meio de subsistência para sobreviver e atender as suas necessidades básicas de ser humano, assim como manter a sua reprodução familiar, logo a ideologia da vergonha é constantemente reforçada dentro do ambiente de trabalho e na sociedade, onde o homem é totalmente responsabilizado por não alcançar um padrão de vida que é socialmente estabelecido, por não possuir um emprego



ou ser um empreendedor de qualidade e garantir a sua saúde biopsicossocial. Em meio a todo este processo há uma glamorização do sofrimento para o alcance do sucesso no mercado de trabalho, instituindo padrões de meritocracia para quem “se dedicar” com mais rigidez.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AMARAL, Angela Santana. **Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas.** Argum., Vitória, v. 10, n. 3, p. 244-256, set./dez. 2018

CAMPOS, Maiara Reis. Trabalho, alienação e adoecimento mental: as metamorfoses no mundo do trabalho e seus reflexos na saúde mental. Revista de Políticas Públicas, v. 21, n. 2; 2017.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** 5ªed. Ampliada. São Paulo: Cortez – Oboré, 1992.

FRANCO, Tânia; DRUCK, Graça; SELIGMANN-SILVA, Edith. **As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado.** Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, vol. 35, núm. 122, 2010, pp. 229-248.

MERLO. Á.R.C; LÁPIS, N.L. **A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho.** Psicologia&Sociedade; 19 (1): 61-68; Jan/abr.2007.

OLIVEIRA, Edneia Alves de. **Política Social: políticas para o capital ou para o trabalhador?.** Argum., Vitória, v. 10, n. 3, p. 232-243, set./dez. 2018.

SANTOS, Maryanna Lins de Oliveira; SOUZA, Reivan Marinho de. **A terceirização e exploração do trabalho: resposta necessária do capital a sua crise.** In: VIII Jornada Internacional de Políticas Públicas: um século de reforma e revolução. São Luís/MA, 22-25/agos,2017.

SILVA, Maria Elisangela Albuquerque. **Prazer e sofrimento: lados de uma mesma moeda: Os impactos do novo mundo do trabalho para a saúde do trabalhador e os desafios profissionais para o Assistente Social.** In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas: um século de reforma e revolução. São Luís/MA, 22-25/agos,2017.